Janeiro/Fevereiro 2001 - Nº 6 - Ano II
Publicação do Conselho Regional de Psicologia CRP - 07

Notícias
Agenda
Resenha

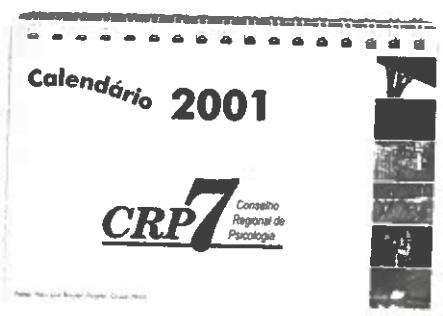
EntreLinhas

FORA DOS CONSULTÓRIOS

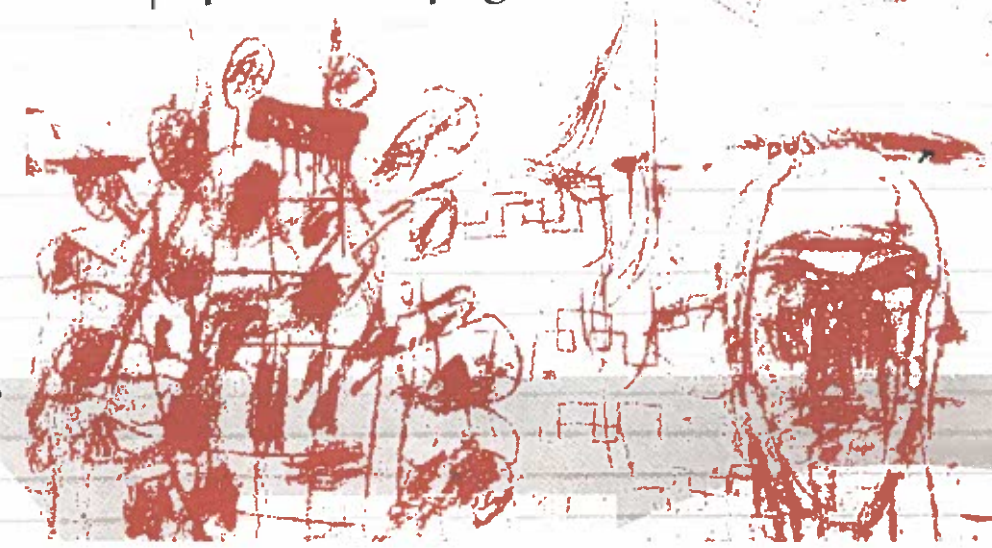
A arte do Morro da Cruz

O psicólogo e as políticas públicas

Os psicólogos vêm assumindo, cada vez mais, o compromisso com as práticas sociais, o que se manifesta no espaço que vêm obtendo nas políticas públicas. Algumas reflexões sobre esta atuação marcam o debate desta nova edição do EntreLinhas, a partir da página 3.



Encartado nesta edição
Calendário 2001
do CRP-07



Desenho de Georg Baselitz

2001 é ano de mais um Congresso Nacional de Psicologia

editorial

Os políticos e as políticas



Janus. Na mitologia, este era o nome do fundador de Roma. Figura enigmática, Janus possuía dois rostos: um em cada lado da cabeça, cada qual mirando numa direção. Um enxergando o passado, o outro, por sua vez, o futuro. À Janus atribuímos o mês de *janeiro*; momento de passagem por excelência.

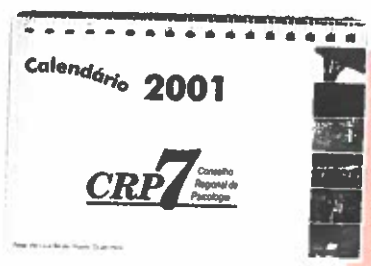
A exemplo de Janus, aproveitamos este momento de passagem de milênio e em que ingressamos em nosso terceiro ano de gestão para avaliarmos nossas ações e planejarmos nosso momento de conclusão. Paramos e olhamos para o que fizemos e o que temos ainda pela frente. Efetivamente, temos que nossa meta maior – aumentar e qualificar o grau de participação da categoria nas ações do Conselho – vêm sendo atingida. Para 2001, ano de eleições para os Conselhos de Psicologia e ano também do Congresso Nacional da Psicologia (e todos seus pré-encontros), esperamos aumentar ainda mais esta participação.

Instância máxima de deliberação das ações dos Conselhos para os três anos seguintes, o Congresso Nacional inicia-se quando, em todo o país, os Conselhos Regionais de Psicologia organizam os pré-congressos. Aberto a todos psicólogos regularmente inscritos, valorizar os pré-congressos, ampliando a participação da categoria nos rumos da profissão, está no topo de nossa lista de prioridades.

Nessa primeira edição do *Entrelinhas* no novo milênio, destacamos o papel da psicologia nas políticas públicas de saúde. Muitos entre nós ainda tendem a pensar que políticas são coisas para políticos e que, delegando através do voto, se está "livre" de um envolvimento mais direto. Tentando reverter essa lógica, temos trabalhado no sentido de ampliar a participação dos psicólogos nos diversos espaços de controle social. Seja intervindo nos rumos de nosso próprio Conselho de Psicologia, seja participando das instituições - governamentais ou não - que se ocupam da saúde de nossa população, muito ainda temos que avançar no sentido de efetivamente ocuparmos os espaços que nos competem. Consolidar o lugar da psicologia na sociedade, não de uma forma corporativa, é um desafio constante a que nos lançamos.

Iniciamos então mais uma etapa de nossa jornada, reafirmando, antes de tudo, nosso compromisso por uma Psicologia comprometida com a sociedade.

Gestão Conexão



O calendário 2001, encartado nesta edição, é um presente do CRP-07 para você, com votos de um Ano Novo cheio de realizações.

Gestão Conexão

• Ana Cristina Blaskoski Carissimi
• Andréa Giesen Lompa
• Aurinez Rospide Schmitz
• Bernadete Magalhães Trindade
• Célia Angelina Trevisi do Nascimento
• Janice Castilhos Gomes
• Maria Regina Krás Borges
• Patrícia Schroeber
• Rejane de Oliveira Pousada
• Siloé Rey
• Simone Poester Schmidt
• Vera Elisabeth Verissimo

Diretoria

Presidente:
• Andréa Giesen Lompa
Vice-presidente:
• Janice Castilhos Gomes
Secretária:
• Célia Angelina Trevisi do Nascimento
Tesoureira:
• Simone Poester Schmidt

Comissão de Comunicação

• Andréa Giesen Lompa • Siloé Rey • Vera Elisabeth Verissimo • Walter Firmo de Oliveira-Cruz

Conselho de Psicologia do Rio Grande do Sul / CRP-07
Sede
Av. Osvaldo Aranha, 1423 – sala 102
90035.191 – Porto Alegre/RS
Telefone/Fax: (51) 335.1838 330.3458
E-mail: crp07@portoweb.com.br; crp07@crp07.org.br
Site: www.crp07.org.br

Seção da Serra
Rua Sinimbú, 2091/ 416
95.020-004 – Caxias do Sul/RS –
Telefone (54) 223.4529
Representante: Patrícia Schroeber

Seção Sul
Rua Félix da Cunha, 772/304
96.010-000 – Pelotas/RS –
Telefone (532) 27.4197
Representante: Giovani Cantarelli

• Os artigos publicados com assinatura são de inteira responsabilidade do autor e não traduzem, necessariamente, a opinião do Conselho Regional de Psicologia.

• Cartas, artigos e outras manifestações devem ser encaminhadas à Comissão de Comunicação. Os artigos devem ter, no máximo, 35 linhas. Por questão de espaço, as cartas podem ser resumidas.

entre Linhas

Edição e textos: Mônica Kanitz (MTb 8103)
Projeto gráfico e editoração: Clô Barcellos
Impressão: Pallotti
Tiragem: 8 mil exemplares
Peridiocidade: bimestral
Distribuição gratuita

Foi dos consultórios

Eliane Rivero Jover
Laura Lamas Martins Gonçalves
Jaqueline Tittoni (orientadora)

Grife do Morro da Cruz

costurando modos de subjetivação e trabalho

Pensar criticamente a psicologia social, construindo e costurando novas possibilidades de conhecimento e de intervenções, deve ser o pressuposto para a leitura deste texto. Nele procuramos traduzir um pouco de nossa experiência junto às mulheres da Grife do Morro da Cruz em Porto Alegre, em especial no período de março de 1999 a setembro de 2000, já que o trabalho continua até hoje. Nossas reflexões orientam-se no sentido de pensar como a Psicologia pode inserir-se/construir-se em um trabalho junto aos grupos de trabalhadores que buscam alternativas de geração de renda e de produção, fato muito comum na sociedade brasileira contemporânea.

Há cinco anos, a imprensa gaúcha divulgou o trabalho de costura realizado por três moradoras do Morro da Cruz: Élida Nunes, Dejanira Einloft e Irmã Osvaldina Lopes. Estas três mulheres fundavam a Griffe do Morro da Cruz, propondo um trabalho com patchwork, uma técnica de aproveitamento de retalhos, para a produção de roupas. Aliando a reciclagem, a arte e a necessidade de vestir-se, estas mulheres propunham um trabalho, uma tecnologia e uma arte, quem sabe, uma estética onde suas próprias vidas passariam a costurar-se e reciclar-se.

O projeto modesto de criar uma alternativa de trabalho para as mulheres da comunidade caira sob os holofotes da mídia, o que, de certa forma, escamoteava as dificuldades por que essas mulheres passavam. Em primeiro lugar, a Grife do Morro da Cruz não existia como firma. O nome foi dado pelos veículos de comunicação. Também a dificuldade em manter um grupo que desse continuidade ao trabalho: dentre as fundadoras, somente Dejanira dá hoje continuidade ao projeto. Ao longo de 1998 e 1999, a Secretaria Municipal de Indústria e Comércio de Porto Alegre (SMIC), em parceria com o Centro de Formação Profissional do grupo eclesiástico São José do Murialdo (CFP), patrocinou cursos de corte e costura para as moradoras da região. Esperava-se que as alunas pudessem se organizar em uma cooperativa. Acompanhamos, em 1999, essa tentativa, que resultou em um processo moroso e frustrante para todos os atores envolvidos. O período foi marcado por forte descaracterização do trabalho da grife e por significativas desistências no grupo. A própria manutenção do nome da etiqueta era uma questão de desentendimento entre as costureiras. Ao início de 2000, começou-se a desenhar um quadro diferente. Permanece hoje um grupo efetivo de trabalho, constituído por Sueli, Vera, Maria e Marta, além de Dejanira. Elas têm buscado uma forma particular de inserção no mercado de trabalho, abandonando a idéia de formação de uma cooperativa. Tal posicionamento foi também favorecido por uma estilista (um acontecimento!?) que, ao valorizar o trabalho das costureiras como um saber único e potencial, ajuda-as a deslocar-se de seu lugar de sujeição.

Nosso trabalho junto à Grife do Morro da Cruz origina-se de uma prática relativamente nova no Instituto de Psicologia da UFRGS, o estágio em Psicologia Social e Institucional, que propõem revisar a imagem cristalizada de uma atuação clínica do psicólogo, baseada na retificação de problemas. Novas costuras, novas problematizações poderiam e deveriam ser visibilizados neste cenário construído por múltiplos e diversificados discursos: a igreja, o poder público, o saber popular e, a partir de então, o acadêmico e científico. No tensionamento destas diferentes marcas-discursos, colocava-se a possibilidade de produção de novos produtos, modos de trabalhar, e, acreditamos nós, diferentes modos de subjetivação. Nosso trabalho iniciou-se com um período de familiarização com a história do Morro da Cruz. Conhecer o cenário onde iríamos atuar possibilitou dissipar preconceitos, para só então definir o projeto de pesquisa.

Trabalhamos no sentido de construir uma demanda com as mulheres. Nossas intervenções consistiam em fazer perguntas e propôr exercícios de abstração e projeção de alternativas. Para tanto, tivemos que adequar nosso método: no início propúnhamos formalizar uma conversa em roda. Com o tempo, aprendemos que os encontros eram mais ricos quando simplesmente puxávamos uma cadeira para perto de uma máquina de costura ou compartilhávamos o chimarrão, traduzindo nosso discurso acadêmico para o discurso cotidiano.

A postura das costureiras frente a Igreja e ao Poder Público sempre foi de sujeição, se a pensarmos à luz da discussão foucaultiana sobre poder, modos de sujeição e de subjetivação. Sentiam-se angustiadas em compartilhar seu espaço de trabalho com grupos de adolescentes e de adultas a quem eram oferecidos cursos de costura, o que acarretava uma redução significativa da sua produção, mas não sentiam-se à vontade para explicar a situação para membros da Prefeitura e do CFP. Não se permitiam apropriar das máquinas e do salão emprestados pelas duas equipes. Intimidavam-se e moldavam seu discurso a partir de um lugar de sujeição frente ao discurso pastoral, a própria figura de autoridade do padre e a um dado concreto que é a detenção do espaço físico de trabalho. Elas assumiam uma postura de exclusão e interditavam seu próprio discurso, temendo a perda da possibilidade de dar continuidade ao trabalho. Estes temores, no entanto, não permitiam valorizar seu próprio trabalho, à revelia da valorização, em alguns casos até extremada, que a mídia fazia. Pontuar sua postura de sujeição e visibilizar modos de lidar com as situações concretas de submissão, passaram a orientar grande parte de nossa intervenção.

As mulheres da Grife do Morro da Cruz partiram da condição de costureiras, mulheres, moradoras do Morro e, passaram, lentamente, durante estes dois anos de trabalho, a pensar-se enquanto produtoras de roupas muito especiais... Costuravam formas novas, novas cores, novos desenhos... Diferentes modos de subjetivação e de posicionamento frente aos processos de exclusão social. Nosso trabalho, o fazer-produzir a psicologia também tecia-se, implicado nos tensionamentos entre a sujeição aos modelos já existentes e o convite à invenção de outros modos de agir... Nem sempre novos, mas instigantes e desafiadores...



O psicólogo e as políticas públicas

Celia Angelina Trevisi do Nascimento
Júlio Cesar Hoenisch
Luciana Maria Sehn
Luis Fernando Cruz da Silva
Mara Almeida
Marcia Munhós de Campos
Rosângela da Luz Matos
Simone Poester Schmidt

O 3º Congresso Nacional da Psicologia em 1998 estabeleceu diretrizes que contemplam a participação dos Conselhos Regionais nas novas instâncias de deliberação das Políticas Públicas, especialmente nas áreas de *saúde, educação, infância, adolescência e assistência social*. Contudo, a visibilização do trabalho do psicólogo[1] implicado neste processos sociais ainda se faz modesto. Por isto, os Conselhos Regionais das profissões envolvidas têm empreendido esforços no sentido de contribuir para a efetivação das conquistas previstas na legislação. Assim sendo, instituímos, no CRP07, juntamente com parceiros estratégicos[2], algumas ações de articulação com os movimentos sociais, com os trabalhadores psicólogos e não psicólogos envolvidos com estas políticas afim de se constituir uma rede; mapeando e indicando as possibilidades de implementação de Políticas Públicas no Rio Grande do Sul, considerando a inserção da Psicologia nestes contextos.

Assim, nós, do *Grupo de Políticas Públicas*, acolhemos com satisfação a oportunidade de organizar a publicação deste *EntreLinhas*. Resolvemos, então, tomar esta tarefa do mesmo modo como temos trabalhado: coletivamente. Tomamos assim, o jornal, como um espaço que proporcionaria visibilizar o modo como temos experimentado a gestão de algumas responsabilidades que temos chamado para o grupo[3].

Entendemos que o *Grupo de Políticas Públicas* oferece a oportunidade de dialogar e organizar os saberes a respeito da Psicologia implicada nas práticas sociais; exercício que tem favorecido a tomada de posições, com mais vigor, no campo dessas práticas, visibilizando um modo de fazer psicologia marcado pelo compromisso social. Isto requer um posicionamento político que foge evidentemente à concepção de neutralidade da ciência moderna.

A Constituição Federal de 1988 alterou importantemente a organização político-administrativa do País. Nela foram introduzidos princípios que preconizam a descentralização e a participação da sociedade civil organizada nas instâncias de elaboração e definição de políticas públicas. A implantação de Conselhos de Direitos nos três níveis de governo - Federal, Estadual e Municipal- são constituídos paritariamente, em caráter deliberativo, normativo e fiscalizador[4], indicando a possibilidade do controle social; aquilo que chamamos exercício da cidadania. Entendemos que as alterações na legislação regulamentadas na Lei Orgânica da Assistência Social-LOAS e Sistema Único de Saúde-SUS favorecem o controle social, muito embora, algumas destas ações estejam em processo de implementação e mesmo de discussão; dado que estes processos são lutas sociais acontecendo em ato, nas quais a psicologia e os psicólogos tem estado implicados.

Enfim, o jornal foi o mote para contatarmos com colegas que há muito gostaríamos de trazer para o grupo, de modo a reconfigurar e complexificar a rede de colaboradores que conosco trabalham. Contribuir com artigos, relatos de experiências ou práticas de trabalho é, para nós, conectar estas produções com as do *Grupo de Políticas Públicas.*

Finalizamos agradecendo a todos vocês que tem colaborado e auxiliado ao longo destes dois anos na gestão deste espaço de trabalho: instituindo lugares, desconstruindo o instituído, criando na fronteira destas instituições e entidades um outro modo de fazer política.

Um abraço e boa leitura!

1 Vide participação dos psicólogos nas discussões e deliberações do Congresso Estadual da CUT/RS-CECUT, da Conferência Nacional dos Psicólogos-Fenapsi e das Conferências de Saúde Municipais e Estadual/RS no decorrer do ano de 2000, por exemplo. Relatos e documentos sobre estes eventos podem ser obtidos no Sindicato do Psicólogos-SIPERGS ou no CRP07 junto ao Grupo de Políticas Públicas.

2 Conselho Regional de Psicologia/07, Sindicato dos Psicólogos-RS, Sociedade de Psicologia-RS, Federação Nacional dos Psicólogos, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, CUT/RS, Conselhos de Saúde Municipais e Estadual/RS e colaboradores psicólogos.

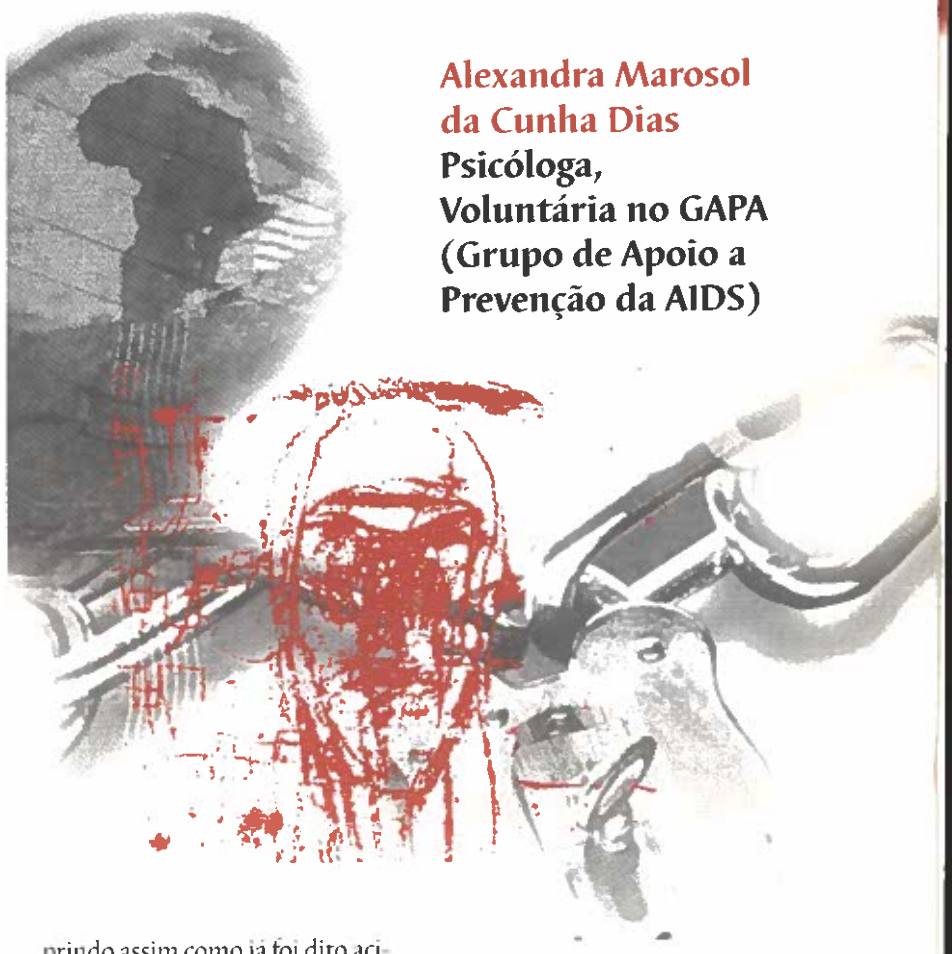
3 Vide nota de rodapé 1.

4 *SUS Rio Grande do Sul- Descentralizando e Democratizando o Conhecimento.* Coletânea de Legislação do SUS, Porto Alegre: 1996.

A Atuação do Psicólogo nas Ongs

e as Políticas de Saúde Publica

Alexandra Marosol da Cunha Dias
Psicóloga, Voluntária no GAPA (Grupo de Apoio a Prevenção da AIDS)



Nestes tempos de neoliberalismo e conseqüente proliferação das organizações não-governamentais devemos refletir acerca das possíveis intervenções e modalidades de atuação do psicólogo na sua inserção como profissional da saúde dentro destas novas propostas institucionais. Para tanto, acredito que devamos problematizar a necessidade de um espaço junto às políticas públicas de saúde a partir de uma performance que se diferencie da clínica tradicional

Deveríamos nos propor um modelo de trabalho e práxis que levem em conta o psicólogo e o usuário do serviço a partir de uma superfície lingüística, histórica e ética. Os princípios norteadores da proposta de trabalho seriam a implicação ativa do profissional em questões concernentes ao conhecimento e respeito dos direitos humanos, funcionamento do SUS e resgate da cidadania, tópicos pouco contemplados na formação do profissional psicólogo e que mereceriam maior atenção nos cursos de formação. O ativismo deveria refletir uma forte preocupação com as populações excluídas socialmente, conceitos como cidadania e emancipação deveriam ser entendidos como relevantes e diretamente concernentes ao trabalho do psicólogo, com uma clínica implicada política e eticamente com estas populações, também entendidas como integrantes de um campo sócio histórico.

Outra preocupação institucional que deveria ser lembrada nos atendimentos desta população é o cuidado de que a organização não substitua um trabalho ou atribuição que são do Estado. Como a emancipação do indivíduo é uma meta no atendimento psicológico, esta dimensão no papel do Estado deveria ser problematizada e se fosse o caso haver um encaminhamento para o órgão do Estado supostamente capacitado a responder as necessidades em questão.

Tendo em vista estas preocupações, algumas medidas poderiam ser tomadas tais como o formato clínico utilizado, neste sentido a maioria dos trabalhos se balizaria na questão de redução de danos, conscientização do papel do indivíduo enquanto implicado na manutenção de sua própria saúde e seus direitos enquanto pessoa e cidadão. O papel do psicólogo deveria ser mais ativo do que sua performance tradicional, resultando em uma postura mais atenta as dificuldades concretas do paciente. Tal postura exigiria-nos um corpo de conhecimento bem mais amplo do que aquele geralmente utilizado por profissionais da área, que vão desde conhecimentos biofisiológicos específicos (doenças, Direitos Humanos, legislação e funcionamento do SUS) e outros dependendo da proposta da organização. Isso se justifica diante da necessidade de orientações do profissional ao usuário, como, por exemplo, direito ao acesso gratuito de medicamentos, indicação de procura médica, direitos civis e/ ou legais ou até mesmo para que seja possível um questionamento de suas atitudes perante a doença.

Em função disto, o profissional passa, ou deveria passar, em muitas organizações por um treinamento prévio que fornece noções sobre estes assuntos e uma vez integrando os Serviços, capacitações internas seriam indicadas com periodicidade, de acordo com as necessidades encontradas pelos profissionais no cotidiano. Apesar disto faz-se necessário um esforço de estudo mais aprofundado nestes assuntos, citados acima, assim como consultorias com profissionais de outras áreas.

A natureza do nosso vínculo institucional é de voluntariado, característico das instituições não governamentais, e não tem característica assistencial, isto é, não visa estabelecer uma relação paternalista com a clientela, cumprindo assim como já foi dito acima um papel informativo de conscientização de cidadania. Procuremos, então, manter uma visão crítica com relação a nossa atuação enquanto voluntários, pois parece-me que impera uma ética, vinda de cima para baixo, de que educação e cidadania enquanto trabalho voluntário são imprescindíveis na nossa economia e sociedade, enquanto o que percebemos muitas vezes é a utilização deste trabalho gratuito (voluntário) como mão de obra disponível e domesticada.

Ocupemos uma posição onde seja possível refletir sobre o trabalho realizado nas instituições e suas implicações com a sociedade e seus indivíduos, ao mesmo tempo em que possamos olhar para nós mesmos percebendo nossas motivações, implicações e determinações. Pois mesmo que não haja intenção deliberada de ceder as pressões instituídas culturalmente precisamos atentar para o fato de que o conhecimento mesmo, enquanto produção ideológica, propicia a manutenção dos atuais status.

Procuremos por um lado a instrumentalização voltada para a saúde e por outro a produção de um conceito de saúde que fuja do modelo biomédico. É a inserção de uma profissão que busca, concomitantemente, um outro formato de saúde. Não apenas a ausência de doença, mas um bem estar em sua dimensão integral. A saúde coletiva, neste sentido, pode ser pensada enquanto prática que se constitui em uma constante autocriação que deveria ser baseada em seus efeitos concretos sobre a realidade da população atendida. Colocando a saúde como algo a ser conquistado mesmo que através de conflitos e da luta de classes, pensando os diferentes meios pelos quais pode-se utilizar o conhecimento em prol desta conquista. Assim tentando instaurar novas relações, não apenas técnicas, mas também sociais nas práticas relativas ao campo da saúde social.

Por que trabalhar com Políticas Públicas?

Júlio César Hoenisch
Pós graduando em Políticas Públicas da Saúde ESP-RS/Fiocruz.



Dentre a profusão de elementos e correntes de pensamento que têm sacudido a ciência, a psicologia e suas práticas, um dos pontos que curiosamente tem sido pouco apontado nas discussões é o estado do campo de trabalho para nossa profissão atualmente. Podemos constatar hoje, que nos defrontamos com uma sociedade cada vez mais complexa, com postos de trabalho reduzindo-se em escala mundial, associada com o desenvolvimento veloz do neoliberalismo, que uma vez reportando ao mercado a capacidade de regular a sociedade, estabelece não só a já conhecida exclusão social, como determina e dosifica os postos e as formas de expressão do trabalho. Considerando também que os índices de violência urbana crescem significativamente, a tecnologia provoca nervuras no real, inovando as relações do sujeito com seu corpo, sua sexualidade e suas formas de expressão, desestabilizando-nos a todo minuto. Ou seja, uma revolução de sentidos se opera, nos colocando perguntas a respeito do lugar do psicólogo nesta rede de fluxos e estremecimentos. Perguntaríamos, ainda, onde se dá a conexão entre este estado de coisas, o exercício da profissão de psicólogo e a temática de Políticas Públicas da Saúde? A intercessão destes tópicos se torna clara no fato de que este mesmo mercado que tem se consolidado de forma predatória e livre (muitas vezes com o silencioso consentimento de muitos de nossa categoria, lamentavelmente), na atualidade, não absorve mais os profissionais da psicologia em sua forma de trabalho tradicional, considerando que determinadas performances não são mais necessárias para gerir a ordem, manter a domesticação e normatizar o sujeito. Novos artifícios mais sofisticados e sutis de controle constituíram-se, de forma que determinadas práticas "psi" caem em um vazio de finalidade. É interessante pontuar que as práticas "tradicionais" aqui referidas são aquelas expressões de clínica, escolar e do trabalho, ocupadas em gerir os desvios e descaminhos que os sujeitos possam vir a tomar frente os modelos pré determinados de conduta "aceitável" e "natural" do indivíduo em sociedade.

Tais intervenções nada mais traduzem que o projeto moderno de especialismo e fragmentação dos saberes, caindo em contrariedade com a provocação de respostas que a pós modernidade impele: conhecimentos transversais, campos ao invés de disciplinas segmentadas, fenômenos históricos no lugar de abstratos, singularidade em lugar da universalização. Mais ainda: se é marca da contemporaneidade (impregnada de globalização), a desmaterialização do trabalho, expressa na emergência dos escritórios virtuais, empresas de "bits", se o fim das hermenêuticas profundas propõem métodos de intervenção mais rápidos e eficientes para adaptar o homem à sociedade de consumo e se a educação pode ser feita tranqüilamente a distância, prescindindo da escola, da sala de aula, e do professor, o que resta de mercado de trabalho tradicional para o psicólogo?

Esta argumentação pode ser rápida e visceralmente contraposta por alguns: sim, temos nosso mercado garantido, existem atribuições que são exclusivas do psicólogo, e etc. Não é objeto desta problematização afirmar que estes movimentos de nova organização do capital são irreversíveis, que o psicólogo será uma vítima passiva destes engendramentos perversos do neoliberalismo, sem resistência, ou que o estado das coisas é este mesmo, sem retorno, como propõe o "pensamento único". O proposto é, pelo contrário, que estes movimentos de fechamento e saturação de postos de trabalho referem-se ao trabalho ***tradicional*** do psicólogo, e que novos postos despontam e disponibilizam-se para serem ocupados. É o caso justamente de nossa inserção na área das Políticas Públicas da Saúde. Este campo mostra-se extremamente aberto e promissor para nós, na medida que nos identifiquemos como profissionais da saúde, e neste caso, não só da saúde mental.

O campo das políticas públicas, que estende-se desde a gestão em saúde (secretarias, unidades, postos, etc) até o trabalho de ponta nas unidades sanitárias, abrangendo os projetos financiados pela União (como o caso das DST´s Aids), chegando ao trabalho em ONGs apresentam, em estado de potência, um contigente significativo de trabalho para ser abrangido pelo psicólogo. Desde a organização de campanhas de saúde e avaliação de seus indicadores, mobilização de treinamentos, capacitações para lideranças comunitárias e agentes de saúde, trabalhos clínicos (fora de seu âmbito medicalizado), são atividades que nossa categoria pode e deve desempenhar, em que pese algumas dificuldades a serem vencidas. Estas passam pela questão (ainda) de uma formação individualista, que vai algumas vezes, desde de uma visão flexneriana[1] de homem até a tomada de um ideal de saúde abstrato, higienista, normatizador e centrado no indivíduo.

Logo, o trabalho em políticas públicas, que é desafiador, gratificante e provocativo, pede não só rupturas radicais, mas também sensibilização para tópicos pouco contemplados em nossa formação, tais como: direitos humanos, cidadania, novos movimentos sociais, terceiro setor e funcionamento do Sistema Único de Saúde. Uma vez realizadas "descontinuidades epistemológicas" por um lado, e apropriações de campos de conhecimento, por outro, resta à categoria realizar discussões, movimentos e articulações, propostos por órgãos representativos e entidades de classe, para que a entrada neste campo se realize através do entendimento e ocupação dos espaços democráticos, devidamente subsidiados pelas entidades e representantes de classe, que os fóruns de discussão sobre a saúde e outros, proporcionam.

1 Autor do modelo de saúde onde os elementos estruturais propostos são o biologicismo (excluindo a dimensão social da saúde), o mecanicismo e o individualismo, acarretando que processo saúde/doença seja entendido como fruto da interação particular do sujeito, responsável unicamente por seu adoecimento, como bem aponta Meyer, 2000.



Geração de trabalho e renda

A psicologia nas práticas sociais

Rosângela da Luz Matos
Gislei D. R. Lazzarotto
Jaqueline Tittoni

Este artigo situa o tema das mudanças contemporâneas do trabalho e introduz as atuais discussões de **geração de trabalho e renda**. É um apontamento, um mapeamento, um recorte das pressões que têm destinado para a cidadania novos desafios, entre eles, o lugar do psicólogo nas práticas sociais.

As transformações contemporâneas no trabalho se fazem visíveis na vida cotidiana, tanto em termos das alterações dos modos de trabalhar (com a informatização do trabalho, por exemplo) quanto em termos de seus efeitos na vida social (o desemprego é um elemento estruturante da sociedade contemporânea).

A análise do trabalho na sociedade contemporânea extrapola a discussão sobre os processos de trabalho e de produção e inscreve-se na vida social, visibilizando o trabalho informal e as estratégias populares de geração de renda. Estratégias estas que existiram concomitantes com o desenvolvimento do capitalismo, mas que encontravam-se obscurecidas pelos modos legitimados de organização do trabalho, centrado, sobretudo, nas figuras do emprego e do salário. Os grupos de trabalhadores informais e de desempregados ganham as ruas como forma de gerar renda para sua subsistência. A praça como local de oferta de emprego (Athayde, 1999), a rua e a comunidade passam a configurar novos locus de trabalho, competindo com a fábrica e as organizações formais de trabalho na definição dos "novos" cenários do trabalho.

A idéia do emprego como organizador das relações sociais, onde o empregado era sinônimo de trabalhador, perde sua vitalidade na mesma medida em que implementa-se o projeto de uma sociedade neoliberal. Hoje, os trabalhadores são muitos, mas os empregados são poucos. O que coloca como conseqüência a multiplicidade de modos de trabalhar que já não se restringem ao emprego. O desemprego, a informalidade e a precarização ganham evidência e mostram outras faces da organização e da exploração da força de trabalho; novos modos de trabalhar configurando um outro modo de ser trabalhador: participativo, autônomo, polivalente, multifuncional, etc..

O trabalho informal, o desemprego e a "flexibilização" das relações de trabalho posicionaram o trabalho em outros cenários. A fábrica, como sinônimo de trabalho perde sua potencialidade explicativa e a rua, a cidade o bairro aparecem como novos "locus" de visualização do trabalho. Os trabalhadores passam a oferecer seus serviços na praça, na rua, de porta em porta – especialmente, se não dispõem de recursos financeiros que os permitam acessar o mundo da informatização e a oferta do trabalho "em rede", através das vias telemáticas. Outras redes se formam e os coletivos funcionam, muitas vezes, como articuladores de nós, de pontos de integração nestas "redes". De certo modo, trabalho e coletivos organizados aparecem como partes de uma mesma questão, pressionados pela necessidade de sobrevivência, de trabalho e de sustento.

Os chamados processos de exclusão social não mais se confundem com a noção de "marginalidade", mas a emergência de trabalhadores sem emprego torna visível uma "nova pobreza", formada por trabalhadores que já não conseguem sobreviver através da venda de sua força de trabalho e constituem um excedente de força de trabalho que, apesar da experiência e da formação para o trabalho, não pode mais sobreviver às custas de uma atividade de trabalho.

É neste contexto de reestruturação do trabalho que reconhecemos, conforme Gutiérrez (1997), a necessidade de problematização dos coletivos de trabalhadores que têm pautado sua organização pela chamada economia social: trabalhadores estes desempregados, precarizados, subcontratados ou excluídos do mercado de trabalho formal.

Estas organizações coletivas visam dar aos associados, acesso ao trabalho, bens ou serviços e estão marcados pela necessidade de autogestão, dado que se articulam para resolver problemas que não conseguem ser equacionados satisfatoriamente nem pelo Estado, nem pela iniciativa privada.

Estes empreendimentos têm por característica, também, estarem ligados a iniciativas de tipo local que procuram atender demandas concretas das regiões/localidades em que surgem e seu diferencial está em que a constituição capital obedece a regras que asseguram a tomada de decisões e distribuição de excedentes proporcionalmente ao trabalho incorporado e consumo de bens e serviços.

A complexidade da vida social e, em especial, da discussão sobre as transformações do trabalho contemporâneo tem colocado importantes desafios de ordem teórica e metodológica para a produção acadêmica e científica. Desafios que têm estado presentes na formação profissional no sentido de, também esta formação, ampliar seu nível de abrangência para compreensão/intervenção nos processos da vida social.

A Psicologia Social, campo de produção no qual estamos mais fortemente implicadas, tem buscado trabalhar com alguns tensionamentos importantes para a produção científica, tais como indivíduo/social, indivíduo/coletivo, subjetivo/objetivo, entre vários outros, nos aproximando da idéia de uma forma de conhecimento mais complexa e capaz de captar os movimentos, as processualidades na produção de subjetividades e de sujeitos marcados por uma história e uma experiência de vida coletiva.

A Psicologia do Trabalho, pensada como parte integrada à discussão da Psicologia Social, também tem procurado ampliar e complexificar seus focos de análise, concebendo o trabalho para além da discussão das organizações formais de trabalho e dos modelos clássicos de intervenção pautados no recrutamento, seleção e treinamento de trabalhadores.

É precisamente a problematização dos empreendimentos coletivos autogestionários que pede a implicação da psicologia social considerando-se a produção subjetiva e a autonomia enquanto elementos/experimentos que podem visiblizar um modo de ser trabalhador mesmo num contexto de desregulamentação de direitos sociais e exclusão do mercado de trabalho, de bens e de consumo. O que se apresenta como questão é a inscrição ou o laço social possível para uma classe que vive do trabalho, herdeira da tradição fordista-taylorista, num contexto de precarização e desregulamentação das leis que protegem o trabalho.

Experiência de estágio no Centro Infanto Juvenil Murialdo.

Interrogações sobre o fazer psicológico

Alex. M. Coromberque
Daniel. V. Smith
Elisângela Zaniol
Paula S. Machado
Cleci Maraschin
Jaqueline Tittoni.

"Meu Deus, meu Deus, como está tudo esquisito hoje! E ainda ontem as coisas estavam tão normais... Será que mudei durante a noite? Deixe-me ver: será que eu era a mesma quando acordei hoje de manhã? Eu quase que posso me lembrar de Ter me sentido um pouco diferente... Mas, se não sou a mesma, a questão é o seguinte: Quem sou eu neste mundo? Ahá! Eis um grande mistério." Esta passagem do livro *Alice no País das Maravilhas*, de Lewis Carroll, traduz com propriedade a experiência do estranhamento vivida no estágio de Psicologia realizado no Centro Infanto Juvenil Murialdo (CIJM), marcada por uma série de construções e desconstruções em um processo constante de reflexão da prática da Psicologia inserida nas comunidades.

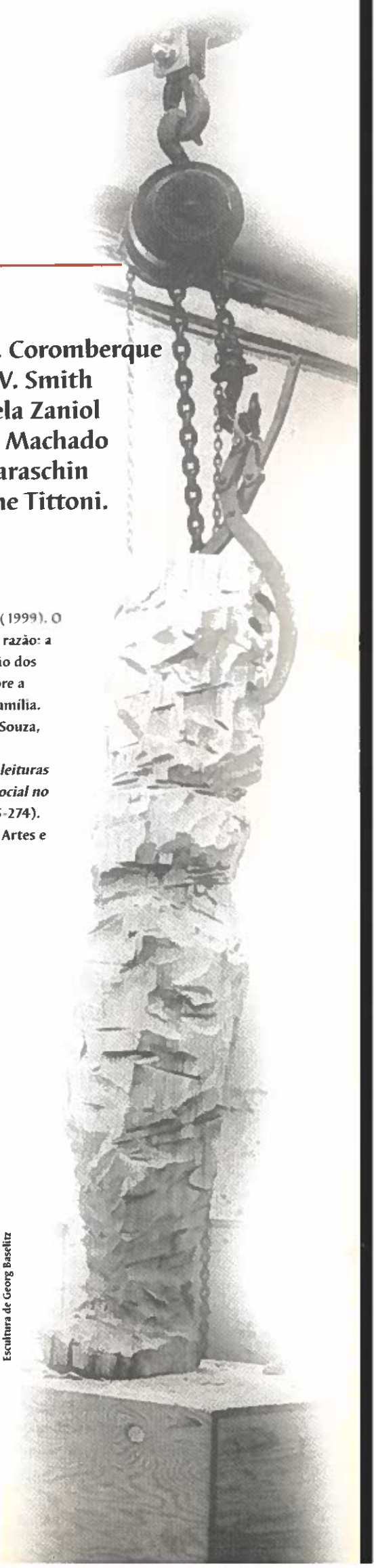
O CIJM, localizado em Porto Alegre, seguindo a proposta do Serviço de Apoio Sócio Educativo (SASE), calcado nas diretrizes do ECA, mantido pela Fundação de Apoio Social e Comunitário (FASC) e pela Congregação de São José, atende 120 crianças e adolescentes, dos 7 aos 14 anos, no turno inverso ao escolar.

A Psicologia passa a compor o quadro institucional em 1999, propondo-se a observar e mapear questões objetivas e subjetivas do território, identificando suas redes internas e externas. Após um período de intensa fragilidade institucional, começa a se abrir um espaço possível para a intervenção psicológica. Assim, através de reuniões, a instituição vai, aos poucos, apresentando-se e mostrando o seu contorno, bastante marcado por dicotomias entre estatutos praticamente incomunicáveis: homens/mulheres, leigos/religiosos, carentes/provedores, os que sabem/os que não sabem. No decorrer da nossa intervenção, percebemos, também, o atravessamento e, muitas vezes, o impasse, de três lógicas: a popular, a religiosa e a acadêmica.

Qual foi – e continua sendo – então, o papel da Psicologia neste cenário? Oferecer-se como mediadora entre estas lógicas, fazendo dialogar os diferentes discursos e propiciando, com isso, a organização desse coletivo. Para isso, é necessário oferecer escuta a todos os saberes que perpassam a instituição, concordando que são diferentes, mas de igual valor. Também, possibilitar o entendimento de que a habilidade de lidar com as crianças e adolescentes dentro dos preceitos do programa SASE requer uma reformulação estrutural das atitudes, linguagem e procedimentos na execução do trabalho educativo, desde as oficinas pedagógicas até a hora da merenda. Este tipo de concepção está gerando conseqüências que propiciaram inclusive transformações físicas no prédio do CIJM.

Atualmente, o trabalho da psicologia tem evoluído a passos largos, o que possibilitou a ampliação dos objetivos iniciais, inclusive a organização de uma rede de apoio social entre as várias instituições da comunidade como: postos de saúde, segurança pública, escolas, centro comunitário, famílias, Conselho Tutelar. Com isso, em agosto de 2000, iniciou-se o trabalho junto às Escolas, em que nos deparamos com uma nova problemática, que trata da dificuldade do educador adequar-se ao sistema educacional vigente dentro da realidade social que está posta. Também, como ainda não existe a modalidade de atendimento clínico no CIJM, estão sendo feitos encaminhamentos para clínicas de atendimento popular. Face às dificuldades estruturais da saúde pública, pensa-se em abrir um atendimento clínico neste local, possibilitando um efetivo processo terapêutico.

Em vista do que foi exposto, é fundamental ressaltar a importância de contextualizar os conceitos que guiam o trabalho psicológico. A nossa lógica é uma entre as tantas outras e está, da mesma forma perpassada pelas nossas concepções de trabalho, valor, educação, fé. Fazer reconhecer as diferenças, as lógicas, coloca-se como um desafio da comunicação. Diferenças estas que fazem parte de uma mesma configuração cultural (Fonseca, , 1999*). Mediante estas diretrizes, podemos afirmar que a psicologia tem muito a dizer para análise social e para formulação de políticas públicas que respondam a algumas das necessidades dos diferentes coletivos. E então voltamos à pergunta de Alice: "Quem sou eu?" Que psicologia é essa? E respondemos que a estamos reinventando a cada dia. E, então, mais perguntas: O que posso fazer com ela? Com que meios? Com que legitimidade? Porque é somente a partir da leitura crítica do fazer psicológico que poderemos construir novos horizontes possíveis.



Escultura de Georg Baselitz

* Fonseca, C. (1999). O abandono da razão: a descolonização dos discursos sobre a infância e a família. Em E.L.A. de Souza, *Psicanálise e Colonização: leituras do sintoma social no Brasil* (p. 255-274). Porto Alegre: Artes e Ofícios.

REFLEXÕES SOBRE UMA PRÁTICA DE ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL NA REDE DO SUS

Suzana Fabris
Psicóloga da SMS-PA
Mestre em Educação

Escrevo a partir da experiência de trabalho como psicóloga no CAIS (Centro de Atenção Integral à Saúde) Mental "4", da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre. Este abrange o Distrito Sanitário 4, cuja população, superior a 200 mil habitantes vive, em grande parte, em situação bastante precária.

O CAIS visa atender pessoas com "sofrimento psíquico grave" (prioritariamente psicóticos) e que requerem uma atenção mais complexa. Para tanto, é constituído de uma equipe multiprofissional, composta por enfermeiras, assistente social, terapeutas ocupacionais, psiquiatras, psicólogas e auxiliares de enfermagem. Junto ao CAIS também trabalha uma Equipe de Saúde Mental formada por psicólogas e psiquiatras, responsável por atender situações de menor complexidade.

Enquanto executores da política de saúde mental, que visa "desinstitucionalização do doente mental", nos é cobrado atendimento universal, a redução do número de internações psiquiátricas, a inserção na comunidade e o resgate da cidadania, objetivos dos quais não discordo, mas que, na prática, geram vários impasses.

Um dos impasses refere-se ao problema da quantidade versus qualidade. Como um Serviço que trabalha com "portas abertas", recebendo diariamente novos pacientes, poderia dar a atenção necessária para que se alcancem tais objetivos? Uma alternativa seria a própria rede de saúde formada pelas Unidades Básicas e pelos Postos de Saúde da Família apropriarem-se do atendimento, promovendo saúde mental a nível primário e secundário e usando os serviços especializados como referência.

Refletindo sobre a questão da "desinstitucionalização do doente mental", entendo que envolve um processo de mudança muito mais amplo do que a derrubada dos muros dos manicômios, o fim das internações e, mesmo, dos diagnósticos psiquiátricos. Conseguir-se uma vaga hospitalar em determinadas situações de risco, pode ser decisivo para a proteção do paciente e/ou outros. Quanto ao diagnóstico, o estabelecimento de uma hipótese sobre com que estruturação psíquica estamos trabalhando, é importante na condução do tratamento e útil na discussão entre os profissionais. Um diagnóstico não deve servir, no entanto à segregação dos pacientes e, menos, substituir seu "nome próprio".

A afirmação do próprio nome é o resultado de um processo de elaboração psíquica de uma história de vida mais ou menos real, mais ou menos inventada e, muitas vezes, delirante no qual o sujeito vai descobrindo seu lugar para ocupá-lo e, então, transforma-lo. Para tanto, é necessário que se ofereça um espaço de escuta, individual ou em grupo, onde cada sujeito articule a sua palavra. Que possa, por exemplo, junto ao seu médico, avaliar os benefícios da medicação em uso, em uma posição distinta da prática tradicional de "buscar uma receita", fornecida de tempos em tempos. Mesmo no caso de pacientes mais regressivos, a fala não é deixada a cargo do familiar, que também tem seu espaço no tratamento, acompanhando as consultas ou participando de grupos de familiares.

No caminho rumo à conquista da cidadania, pequenos passos, como a obtenção da carteira de identidade ou do título eleitoral, são grandes vitórias, conseguidas após meses de tratamento. Também nesse sentido, a terapia ocupacional perde o caráter tradicional de "ocupar o tempo vago" do paciente, passando a proporcionar experiências de trabalho em oficinas terapêuticas e de produção visando renda.

Na busca da inserção social, o Serviço tem um papel de "ponte para a rua", promovendo espaços para a ampliação do universo simbólico, através de leituras, discussão de temas, organização de passeios e visitas, além do acompanhamento no retorno à escola ou ao trabalho.

Na relação serviço/paciente procura-se manter a postura de não abandonar o sujeito à própria sorte, nem carregá-lo no colo, sob o risco de institucionalizá-lo de outro modo.

A implementação de tais propostas requer a atenção de diversos profissionais que, sem perder suas especificidades, enriquecem seu trabalho à medida que se deixam atravessar pelo olhar das diferentes disciplinas.

A Seção Sul, em Pelotas, recebeu o apoio dos senadores gaúchos Pedro Simon e José Fogaça no que se refere à emenda proposta pelo também senador Lúcio Alcântara. Os colegas do Sul do Estado enviaram ao Congresso um abaixo-assinado apoiando a inclusão de psicólogos, fisioterapeutas, nutricionistas, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais nos planos de saúde.

CRP-07 se integra ao Fórum Social Mundial

O CRP-07 vai promover e apoiar diversas iniciativas do Fórum Social Mundial, o grande encontro que será realizado em Porto Alegre no final de janeiro (entre os dias 25 e 30) com o objetivo de pensar alternativas para a garantia dos direitos humanos às camadas menos favorecidas da população, esquecidas pelas políticas neoliberais. A programação do Fórum será intensa, com palestras, debates, oficinas, espetáculos musicais e outras atividades. Entre estas, estão duas oficinas promovidas pelo CRP-07, através de sua Comissão de Políticas Públicas, em parceria com a Ufrgs: Práticas Políticas Sociais Contemporâneas: Problematizando os coletivos do conhecimento e trabalho, que será realizada no dia 26 de janeiro, e Práticas Políticas Sociais Contemporâneas: Visibilizando in(ter)venções transdisciplinares, marcada para o dia 25.

Além disso, o CRP-07 apóia algumas oficinas promovidas pela Secretaria Estadual do Trabalho, o Conselho Federal de Psicologia e Febem, que serão realizadas na Faculdade de Educação da Ufrgs. São as seguintes: A Centralidade do Trabalho: correntes em debate (marcada para o dia 26), A Inclusão Social e o Programa de Renda Mínima (dia 27), Remanescentes de Quilombos: uma luta social e legal pelo direito à terra (dia 28), Violência, exclusão social e o ato infracional e Liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade (ambas no dia 29). No dia 29 também será feito o lançamento da campanha nacional Para nossas Crianças e Adolescentes, nem Cadeia, nem Caixão! Pela aplicação do ECA!

O Fórum Social Mundial está sendo organizado por diversas organizações, entre sindicatos, associações, ONGs, movimentos sociais e entidades religiosas. A intenção é realizá-lo anualmente em cidades diferentes, concretizando um movimento cívico que vem ultrapassando as fronteiras dos países e ganhando contornos mundiais. Mais informações sobre o Fórum: www.forumsocialmundial.org.br ou pelo telefone (51) 225.9395. Todas têm entrada franca e estão abertas ao público interessado.

Avaliação psicológica

foi um dos temas que mereceu muita atenção na última APAF, tanto que os CRPs estão avaliando a criação de comissões específicas internas para tratar do assunto.

As anuidades do Conselho Regional de Psicologia

devem ser pagas no primeiro trimestre do ano.
Não deixe de Ficar Legal! com sua profissão, pagando em dia a anuidade. E vale lembrar que, a partir deste ano, os DOCs para o pagamento serão emitidos pela Caixa Econômica Federal.

Informática

Em breve, todos os psicólogos brasileiros farão parte de um único cadastro nacional. Já começa a ser implantado nos CRPs um novo modelo de banco de dados, que vai disponibilizar, em rede, informações profissionais e um e-mail personalizado para cada psicólogo.

O Conselho Federal de Psicologia

está aceitando projetos de publicações com financiamento da Conta Revista, com prioridade para temas sociais e institucionais. As inscrições dos trabalhos podem ser feitas até o dia 30 de abril. Informe-se no CRP-07.

APAF aprova minutas de resoluções

Os delegados e representantes dos CRPs que participaram da última Assembléia das Políticas Administrativas e Financeiras (APAF), realizada no mês de dezembro em Brasília, aprovaram as minutas de várias resoluções que estiveram em discussão ao longo do ano passado. Todas estas minutas estão à disposição dos psicólogos, para cópia ou consulta, na sede do Conselho Regional de Psicologia, em Porto Alegre. São as seguintes:

- **Inscrições nos CRPs de egressos de cursos seqüenciais na área da Psicologia;**
- **Realização de pesquisas em Psicologia com seres humanos;**
- **Produtos e serviços em Psicologia;**
- **Psicoterapia;**
- **Hipnose;**
- **Residência em Psicologia na área da Saúde;**
- **Registro de Especialistas;**
- **Manual para avaliação dos candidatos a Carteira Nacional de Habilitação e condutores de veículos automotores.**

Errata

O nome correto da psicóloga que trabalha com o Grêmio é Lisete Leonhardt, diferente, portanto, do que foi publicado na edição anterior do EntreLinhas.

Encontros debatem trânsito, políticas públicas e violência contra menores





Três encontros fecharam com chave de ouro o final do ano 2000 no Conselho Regional de Psicologia: o 1º Encontro Estadual de Psicologia do Trânsito, o Fórum de Debates Violência Intra-Familiar contra Crianças e Adolescentes e o 2º Encontro de Psicólogos Conselheiros de Saúde.

O encontro de Psicologia do Trânsito foi realizado no dia 25 de novembro no auditório do Senac Passo D´Areia, com a participação intensa dos psicólogos da área, que lotaram o espaço. Foi um dia propício para a avaliação de várias questões referentes ao trânsito, com debates que abordaram desde a educação para o trânsito nas escolas até a identificação de usuários de substâncias psicoativas, passando pela ética na Psicologia do Trânsito, a avaliação de candidatos e a segurança nas ruas. A Comissão de Trânsito do CRP-07 está programando um segundo encontro para maio deste ano.

Os psicólogos conselheiros de saúde também prestigiaram o seu encontro, que aconteceu nos dias 1º e 2 de dezembro no plenarinho da Reitoria da UFRGS, com organização da Comissão de Políticas Publicas do CRP-07. Entre os temas que nortearam a discussão estiveram as políticas voltadas para a saúde, proposições para estas políticas e a viabilização de algumas práticas sociais.

Um debate empolgante marcou o Fórum sobre a Violência contra Crianças e Adolescentes, uma iniciativa da Comissão de Direitos Humanos do CRP-07 que ocupou o plenarinho da Assembléia Legislativa no dia 6 de dezembro. Questões como a relação entre pais e filhos, a validade do castigo físico e a postura do profissional da Psicologia diante de casos de violência contra menores foram analisadas sob diversos ângulos, na avaliação de um advogado, um teólogo e duas psicólogas.

Psicólogos preparam IV Congresso Nacional

Qualidade, Ética e Cidadania nos Serviços Profissionais – Construindo o Compromisso Social da Psicologia foi o tema escolhido para as reflexões do IV Congresso Nacional de Psicologia, que será realizado entre os dias 21 e 24 de junho, em Brasília. Desde a realização do primeiro, em 1994, o Congresso Nacional assumiu a condição de instância máxima do sistema Conselhos, na qual se deliberam as diretrizes que serão implementadas e seguidas pelas representações regionais em todo o País. Estas diretrizes seguem as teses discutidas e elaboradas nos pré-congressos, que começam a ser realizados em todos os regionais (o CRP-07 promove os seus em abril). A partir do tema proposto, os psicólogos brasileiros serão convidados a pensar na construção de uma Psicologia que preste serviços de qualidade, valorizando a ética e a cidadania. Para isso, já surgem alguns questionamentos, como os rumos da profissão de psicólogo e a função dos Conselhos neste panorama.

Os pré-congressos também são o momento de escolha dos delegados que vão representar os CRPs no Congresso Nacional. O número de delegados de cada região é definido na Assembléia de Políticas Administrativas e Financeiras (APAF) realizada antes do Congresso, mas a previsão é que o encontro de junho reúna cerca de 170 delegados. Além disso, está aberto à participação de observadores convidados pela APAF.

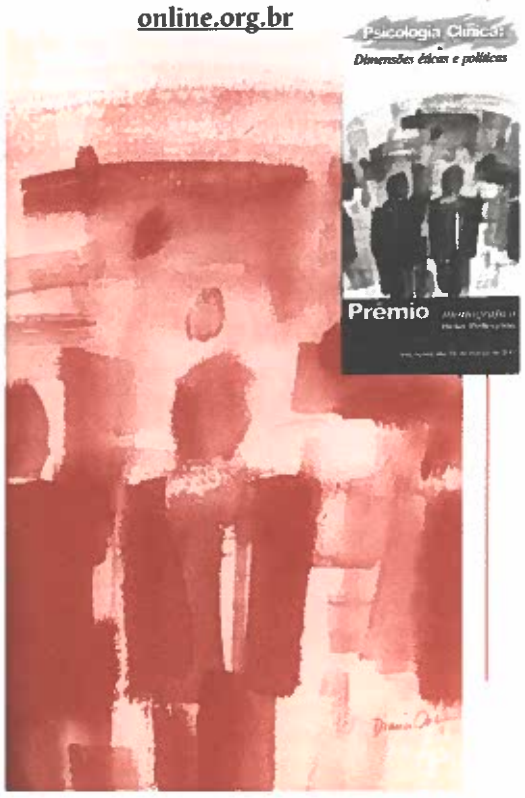
agenda

crp07@portoweb.com.br

Fale conosco

Helio Pellegrino - Psicologia Clínica

é o nome do prêmio monográfico instituído pelo Conselho Federal de Psicologia e que tem como objetivo estimular a produção científica entre estudantes e profissionais da Psicologia. Os trabalhos devem tratar do tema Psicologia Clínica: Dimensões Éticas e Políticas e serão avaliados nas categorias de estudantes e psicólogos, com premiações em dinheiro para as três melhores monografias em cada categoria. Além disso, o CFP adquire os direitos de publicação das obras premiadas. As inscrições estão abertas até o dia 16 de março e os trabalhos, individuais, devem ser encaminhados para a sede do CFP, em Brasília. Além de valorizar a produção científica no que diz respeito a relação entre Psicologia e construção da cidadania, o prêmio possibilita uma justa homenagem ao psicanalista Hélio Pellegrino, um dos principais colaboradores para o desenvolvimento da Psicologia no país. Mais informações sobre o prêmio pelo telefone (61) 429.0100 ou no site www.psicologia-online.org.br



3ª Jornada do CEPSC
Tema: Relação Terapêutica em Psicoterapia de Orientação Psicanalítica
Dias 6 e 7 de abril em Florianópolis (SC)
Informações (48) 222.3985 ou www.planeta.terra.com.br/saude/cepsc

Leitura da Obra de C.G.Jung
Encontros semanais, com psicólogas e psicoterapeutas especialistas
Informações (51) 233.6599 ou 231.2476

Informática em Saúde
Curso de Especialização dirigido a profissionais da área da saúde
Início em 17 de março, com duração de um ano
Incrições abertas até 16 de fevereiro, na Ulbra
Informações (51) 477.9122, 477.9232 ou www.ulbra.br

VI Fórum Brasileiro de Psicanálise
Tema: Psicanálise, Poder e Transgressão
De 5 a 8 de julho em São Leopoldo (RS)
Inscrições de trabalhos até 31 de março
Informações (51) 221.3292

Núcleo de Estudantes do IEPP
Inscrições abertas para 2001
Informações (51) 333.4801 ou 335.3534

Cursos do Instituto Pichon-Rivière
Início em março
Inscrições abertas para Coordenação de Grupos: Experiência Teórico-Vivencial, Análise Institucional e Grupo, Família, Clínica e Política
Informações (51) 331.7467 ou 223.0570

Curso de Formação em Psicoterapia Psicanalítica
Início em março
Inscrições abertas no Instituto Wilfred Bion
Informações (51) 332.3943 ou 335.3443

II Congresso Norte Nordeste de Psicologia
Tema: Psicologia e Realidade Brasileira: Produção Contemporânea e Políticas para o Desenvolvimento
De 23 a 26 de maio em Salvador (BA)
Informações (71) 247.6716 ou www.ufba.br/~conspi

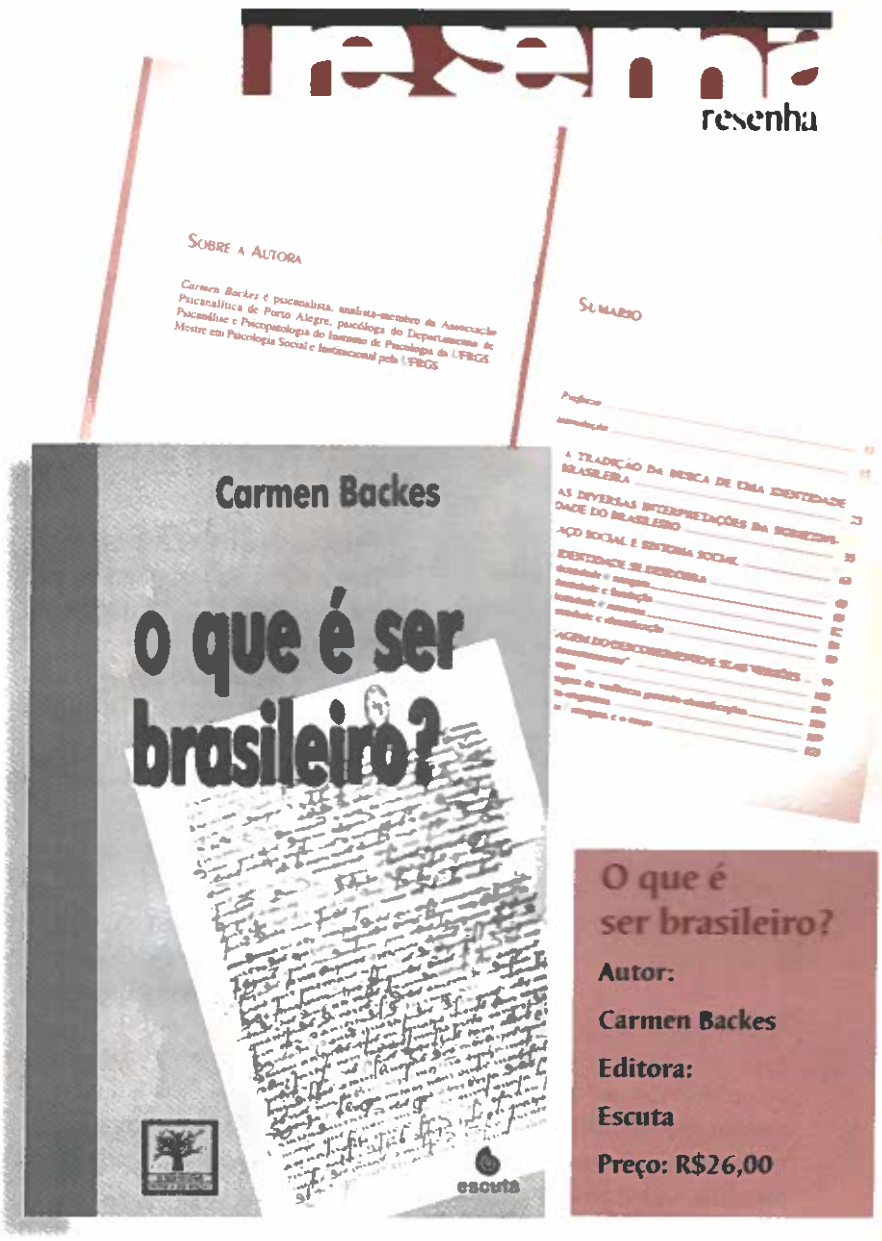


Temporalidade: A Figura Narcisista e a Transmissão Psíquica entre Gerações

é o tema da Jornada de Psicologia Clínica da Sociedade de Psicologia do RS, que será realizado nos dias 3, 4 e 5 de maio na sede da Amrigs, em Porto Alegre. 25 mesas redondas fazem parte da programação do encontro, que contará com a participação especial da psicanalista Haydée Faimberg, titular da Sociedade Psicanalítica de Paris e da Associação Psicanalítica Argentina. Ela será responsável por três conferências: Telescopagem de Gerações, Por uma Teoria da Escuta do Narcisismo e A Solução Narcisista do Conflito Edípico. Os responsáveis pela jornada já estão aceitando inscrições dos interessados em apresentar trabalhos durante o evento. Mais informações pelo telefone (51) 331.8586 ou pelo site www.sprgs.org.br

Lucia Serrano Pereira
Psicanalista, Vice-presidente da Associação Psicanalítica de Porto Alegre

Em busca da identidade



O que é ser brasileiro? É preciso no mínimo coragem para se meter com esta questão de forma tão direta. O texto de Carmen Backes não recua, neste ponto de risco. Risco da tentação para o leitor em acreditar que a pergunta poderia ser respondida de uma vez por todas. Risco de produzir a queda da ilusão e o retorno talvez da "ira" do leitor no não cumprimento da promessa. Afinal, não se tratava de oferecer a resposta? Esse é justamente o trabalho de equilibrista, o fio da navalha em que a autora topa a parada: não se trata mesmo de tentar produzir "a" resposta. Carmen vai trabalhar cuidadosamente a pergunta. Virá-la, reconhecer, estranhar, por do avesso, ver de um lado, de outros.

Há uma expressão de Lacan, quando se refere ao ato criativo em que ele postula algo enigmático como "traçar as bordas do buraco com significantes". Não é para complicar, mas evoco esta passagem por achar que o trabalho no texto "O que é ser brasileiro?" vai nesta direção. Traçar as bordas do buraco quer dizer produzir, "achar palavras" em torno daquilo que é impossível, a impossível definição de um "ser brasileiro" em questão. Palavras que nos permitam avançar no trabalho de interrogações que nos concernem desde o âmbito mais geral, a psicanálise e a leitura do coletivo, por exemplo, até o mais singular de nossos sintomas, inibições, nossos cotidianos. Trabalho, este sim, que pode produzir respostas que valham a pena, no sentido forte, em nossas vidas.

O que é ser brasileiro? Por que a questão da identidade convoca tanto os brasileiros? Este é um dos nortes do texto. Por que tantos autores dedicaram-se ao longo da história a descrever reiteradamente o brasileiro? Há um pano de fundo de mal estar nesta história. De que se trata?

Carmen inicia o livro com um fragmento de viagem, origens de seu texto. "O tema deste livro acompanha-me há muito tempo, sem que eu mesma soubesse" são as palavras de abertura. Algo a fazia dizer que antes de conhecer a Europa queria conhecer todo o Brasil. Já desistindo desta tentativa de "descobrimento" vai a Porto Seguro, Bahia, turista no lugar do descobrimento. Encontra um "nativo" que lhe produz estranhamento: um suposto índio pataxó de calção vermelho adidas e chinelos havaianas. Aquele índio junto à cruz da primeira missa com o "mar de Cabral" ao fundo. Neste ponto da leitura, logo nas primeiras linhas, já se produz um efeito esquisito, certo incômodo que é o de ao mesmo tempo achar graça da cena (rir ou chorar?), desconfiar que a graça é da mesma ordem da irresistível (inadequada) vontade de rir que dá quando alguém cai , e por último a leve desconfiança de que quem cai somos nós... Este é um aviso - não tem como ler o livro sem nos acharmos tocados, atravessados por ele. Nos diz respeito. A afirmação da identidade, no Brasil, se deu por inúmeras vertentes, não raramente reducionistas - a acentuação de alguma característica psicológica ou de imagens pregnantes tais como ser bom de bola ou bom de samba. Não que isso seja mal vindo ou mentira, mas é problemático quando se pode aderir a estas imagens enquanto certo assujeitamento. "Quem alguém é" não equivale a dizer "o que alguém é". O jogo entre simbólico, imaginário e real, com tudo o que isso implica faz eixo no livro, é amarração central e reúne-se à questão aberta por um dos textos com que Carmen dialoga, o "Fantasia de Brasil" de Otávio de Souza.

A viagem das identidades e identificações passando pela literatura, antropologia, história, artes plásticas vai compondo o tecido do texto sem afastar-se do seu lugar enunciativo: é um texto psicanalítico da maior qualidade e ousadia. Quem diz que no Brasil só se pode lidar com a sempre evocada função paterna enquanto insuficiente? Será que o brasileiro deve seguir na busca de um "um" nacional?

A psicanálise nos faz levar em conta o fato de que somos filhos, sujeitos produzidos em uma cultura, e que dependemos das posições subjetivas que nos são oferecidas no tempo e no quadro discursivo que nos recebe. Neste sentido não se pode deixar de referir esta publicação no contexto de Brasil 500 anos. " O que teria a ver um brasileiro com essas descrições, com as narrativas míticas ficçionais do descobrimento?" Carmen retoma as cenas que nos ficaram como cenas originárias, por exemplo: o encontro da índia besuntada de vermelho com o português que só "pensava naquilo", ou mesmo o caráter de violência estampado na cena do descobrimento desdobrando as posições do par agressor-vítima. Faz uma interessante incursão à cena primária freudiana e propõe: ... "pensar a cena do descobrimento do Brasil não na perspectiva de um trauma, cuja significação é dada a posteriori, mas no sentido de que o traumatizante não é o primeiro acontecimento, e sim a forma como ele é recordado e recontado por cada um, unindo, a seu modo, vários pontos, num traçado único. Essa recontagem comporta, ao mesmo tempo, o acontecido e o inventado, a não ficção e a ficção, o fato e o falar sobre ele." O livro tem este fio condutor: uma narrativa que imbrica o coletivo com o singular, o que se produz na subjetividade junto com o Outro. A memória tem aí lugar central, e é tomada na perspectiva benjaminiana - a memória enquanto constelação, fazendo surgir figuras inéditas, imagens miméticas, figuras "inventadas da memória". Mitos e suas versões, questões em andamento.

O que é ser brasileiro? é preciso dizer, integra uma coleção especialmente cara aos psicanalistas que nos ocupamos por uma prática em nosso tempo e contexto, a Coleção Sexto Lobo da Ed. Escuta. Carmen inscreve suas questões, sua prática clínica, seu cuidadoso garimpo, no debate entre os psicanalistas e com todos aqueles que se ocupam do laço social. Belo testemunho de responsabilidade.

O livro tem este fio condutor: uma narrativa que imbrica o coletivo com o singular, ... o que se produz na subjetividade junto com o Outro